LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Município de Céu Azul

Céu Azul/PR 2018

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

DADOS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Secretaria: De Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Endereço: Avenida Nilo Umberto Deitos, Nº 1426.

Cidade: Céu Azul - PR.

CEP: 85840-000

CNPJ: 76.206.473/0001-01

CNAE: 84.11-6/00

Grau de risco da atividade: 1

Representante Legal: Germano Bonamigo.

Responsável RH: Leonardo Pereira Menezes.

Secretário Municipal: Luiz Alberto Colleoni.

Telefone: (45) 3266-1122

Polimed Medicina do Trabalho | Fone: (46) 2101-1800



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS

Empresa: Polimedici Ass. e Cons. Em Med. do Trabalho Ltda.

Endereço: rua Itabira, Nº 1371

Complemento: 2º andar.

Cidade: Pato Branco - PR.

Telefone: (46) 2101-1800

CEP: 85501-047

CNPJ: 00.975.647/0001-39

CNAE: 71.19-7/04

Ramo de atividade: serviços de perícia técnica relacionados à segurança do

trabalho.

Grau de risco da atividade: normal.

Representante Legal

Nome: Gilmar Pedro Resende

RG: 17/R-1302534

Responsável pelos Registros Ambientais - LTCAT

Nome: Jakcson Olmes Lovera

Registro: 87026D/PR

NIT: 126.7024.249-0

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

EPRESENTANTE DA PREFEITURA	
Germano Bonamigo	Responsável Legal
EPRESENTANTE DA PREFEITURA I	PELA ADMINISTRAÇÃO DAS AÇÕES
Leonardo Pereira Menezes	Recursos Humanos
EPRESENTANTE DA SECRETARIA I	DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS
Luiz Alberto Colleoni	Secretário Municipal
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
Jakcson Olmes Lovera	Eng. Segurança no Trabalho
ESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO	DO PPRA (DOCUMENTO BASE)
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO Diogo Vandres Guizzo	DO PPRA (DOCUMENTO BASE) Técnico de Segurança do Trabalho
Diogo Vandres Guizzo	Técnico de Segurança do Trabalho
Diogo Vandres Guizzo	Técnico de Segurança do Trabalho
Diogo Vandres Guizzo RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO	Técnico de Segurança do Trabalho DOCUMENTO
Diogo Vandres Guizzo RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO Jessica Luana Kuchar	Técnico de Segurança do Trabalho DOCUMENTO
Diogo Vandres Guizzo RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO Jessica Luana Kuchar REVISÃO ORTOGRÁFICA	Técnico de Segurança do Trabalho DOCUMENTO Auxiliar Administrativo/Digitadora
Diogo Vandres Guizzo RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO Jessica Luana Kuchar REVISÃO ORTOGRÁFICA Jessica Luana Kuchar TABELA DAS AVALIAÇÕES	Técnico de Segurança do Trabalho DOCUMENTO Auxiliar Administrativo/Digitadora Redatora
Diogo Vandres Guizzo RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO Jessica Luana Kuchar REVISÃO ORTOGRÁFICA Jessica Luana Kuchar TABELA DAS AVALIAÇÕES	Técnico de Segurança do Trabalho DOCUMENTO Auxiliar Administrativo/Digitadora Redatora Levantamento e Inspeção no Local de
Diogo Vandres Guizzo RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO Jessica Luana Kuchar REVISÃO ORTOGRÁFICA Jessica Luana Kuchar	Técnico de Segurança do Trabalho DOCUMENTO Auxiliar Administrativo/Digitadora Redatora Levantamento e Inspeção no Local de
Diogo Vandres Guizzo RESPONSÁVEL PELA DIGITAÇÃO DO Jessica Luana Kuchar REVISÃO ORTOGRÁFICA Jessica Luana Kuchar TABELA DAS AVALIAÇÕES Junho de 2018	Técnico de Segurança do Trabalho DOCUMENTO Auxiliar Administrativo/Digitadora Redatora Levantamento e Inspeção no Local de

2ª Revisão



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO - LTCAT ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO6
2 DO PERITO7
3 DA METODOLOGIA8
4 DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO9
5 CARACTERÍSTICAS DO REQUERENTE11
6 CARACTERÍSTICAS DOS AMBIENTES DE TRABALHO12
6.1 Setor: Departamento do Meio Ambiente - 009.02012
6.1.1 Função: Chefe D. M. A. e R. Hídricos - CBO: 111415 GFIP: 113
6.1.2 Função: Jardineiro - CBO: 622010 GFIP: 119
6.1.3 Função: Jardineiro/Inseminação - CBO: 622010 GFIP: 131
6.1.4 Função: Jardineiro/Trator de Pneu sem Cabine - CBO: 622010 GFIP: 448
6.1.5 Função: Técnico(a) Agrícola - CBO: 321110 GFIP: 166
7 CONCEITOS DE ACIDENTESERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
8 DO HORÁRIO DE TRABALHOERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
9 INFORMAÇÕES PERICIAISERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
10 DEFINIÇÕES E CONCEITOSERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
11 CONSIDERAÇÕES FINAISERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
11.1 da Legislação Federal Vigente Erro! Indicador não definido.
11.2 da Legislação Federal Vigente - Atividades Específicas Erro! Indicador não definido
11.3 da Legislação Municipal Vigente Erro! Indicador não definido.
11.4 CONCLUSÃO Erro! Indicador não definido.



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

INTRODUÇÃO

Atendendo ao pedido da **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos**, pertencente à **Prefeitura Municipal de Céu Azul**, com sede localizada na **Avenida Nilo Umberto Deitos 1426, Centro - Céu Azul/PR** e, considerando o contido no art. 7º, inciso XXII, da Constituição Federal de 1998; e considerando o contido nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213 de 24 de Julho de 1990; e considerando o contido no art. 68 do Dec. Nº 3.048, de 7 de maio de 1999; e considerando o contido na Portaria nº 5.404, de 2 de julho de 1999, do Ministério da Previdência e Assistência Social; e considerando o contido no item I da Ordem de serviço (Conjunta do Diretor de Arrecadação e Fiscalização e do Diretor do Seguro Social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 98, de 9 de junho de 1999), emitimos o presente Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

2 DO PERITO

Sr. Jakcson Olmes Lovera - Engenheiro de Segurança do Trabalho

CREA 87026 - PR

Rua Itabira, 1371 - 2º andar.

CEP: 85501047 - Pato Branco/PR.

Fone: (46) 2101-1800

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

3 DA METODOLOGIA

Determinada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, em conformidade com as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978; do manual prático Como Elaborar Uma Perícia de Insalubridade e de Periculosidade, da Editora LTR; das NHOs, Fundacentro - Procedimentos Técnicos para Avaliação Ocupacional; do Estatuto dos Servidores Municipais e Leis Municipais Vigentes.



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

4 DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO

Instrumento/Modelo: Dosímetro de Ruído (Sonus)

Fabricante/Marca: Criffer Calibração: 08/02/2018

Nº série: 18012031/Certificado nº: 68.883.A-02.18 Procedimento de Calibração: PCA-007 - Rev. A

Instrumento/Modelo: Dosímetro de Ruído (Sonus)

Fabricante/Marca: Criffer Calibração: 08/02/2018

Nº série: 18012028/Certificado nº: 68.884.A-02.18 Procedimento de Calibração: PCA-007 - Rev. A

Instrumento/Modelo: Bomba de Amostragem (Accura)

Fabricante/Marca: Criffer Calibração: 08/02/2018

Nº série: 18014002/Certificado nº: 68.885.A-02.18 Procedimento de Calibração: PCA-007 - Rev. A

Instrumento/Modelo: Bomba de Amostragem de Poeira e Gases (224-44XR)

Fabricante/Marca: SKC Calibração: 16/10/2018

Nº série: 118185/Certificado n°: 12389/2018

Procedimento de Calibração: IC-52

Instrumento/Modelo: Calibrador de Fluxo Digital para Bomba de Amostragem

(4146D)

Fabricante/Marca: TSI Calibração: 16/10/2018

Nº série: 41461351007/Certificado nº: 12390/2018

Procedimento de Calibração: IC-52

Instrumento/Modelo: Calibrador de Nível Sonoro (CAL-1000)

Fabricante/Marca: Instrutherm

Calibração: 03/12/2018

Nº série: 020605662/Certificado nº: 12765/2018

Procedimento de Calibração: IC-40

Instrumento/Modelo: Detector de 4 Gases

Fabricante/Marca: BW Technologies/GasAlert MicroChip XT

Calibração: 26/02/2018

Nº série: KA414-1104158/Certificado nº: 69.066.A-02.18

Procedimento de Calibração: PCA-007 - Rev.A



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Instrumento/Modelo: Dosímetro de Ruído (DOS-600)

Fabricante/Marca: Instrutherm

Calibração: 11/04/2018

Nº série: 120800373/Certificado nº: 10822/2018

Procedimento de Calibração: IC-50

Instrumento/Modelo: Medidor de Estresse Térmico (TGD-200)

Fabricante/Marca: Instrutherm

Calibração: 12/07/2018

Nº série: 14102901080836/Certificado n°: 89542/18 Procedimento de Calibração: PCI - 003 - Rev. 5

Instrumento/Modelo: Medidor de Vibração (VIB008)

Fabricante/Marca: 01dB Calibração: 11/06/2018

Nº série: 10396/Certificado nº: RBC5-10388-467 Procedimento de Calibração: IT-943 - ISO16063-21

Modelo: Medidor Multifunção (IP-233)

Fabricante: IMPAC Calibração: 11/04/2018

Nº série: 040371/Certificado nº: 10821/2018 Procedimento de Calibração: IC-45 e IC-46

Modelo: Medidor Multifunção (IP-233)

Fabricante: IMPAC Calibração: 06/04/2018

Nº série: 040373/Certificado nº: 10790/2018 Procedimento de Calibração: IC-45 e IC-46

Modelo: Medidor Multifunção (IP-233)

Fabricante: IMPAC Calibração: 11/04/2018

Nº série: 043211/Certificado n°: 10820/2018

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

5 CARACTERÍSTICAS DO REQUERENTE

Razão Social: Município de Céu Azul.

C.N.P.J.: 76.206.473/0001-01

Endereço: Avenida Nilo Umberto Deitos 1426, Centro.

Cidade: Céu Azul - PR.

Fone: (45) 3266-1122

Responsável: Germano Bonamigo.

Grau de Risco: 1

Polimed Medicina do Trabalho | Fone: (46) 2101-1800



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

6 CARACTERÍSTICAS DOS AMBIENTES DE TRABALHO

6.1 Setor: Departamento do Meio Ambiente - 009.020

Descrição Física do Ambiente: As atividades são realizadas em ambiente externo, possibilitando ao servidor estar em vários lugares durante o expediente de trabalho.

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva

Extintores de Incêndio - Veículo de Carga

EPC Eficaz: Sim

Situação: Utilizado

Observações:

A quantidade e o modelo dos extintores de incêndio devem estar em conformidade com o estabelecido pelas Normas e Procedimentos Técnicos da Resolução nº 157, de 22 de abril de 2004:

Art. 4°. II: caminhão, reboque e semirreboque com capacidade de carga útil superior a seis toneladas: um extintor de incêndio, com carga de pó químico seco ou de gás carbônico, de dois quilogramas.

Art. 5°: O rótulo dos extintores de incêndio deve conter, no mínimo:

I. a informação: Dentro do prazo de validade do extintor, o usuário/proprietário do veículo deve efetuar inspeção visual mensal no equipamento, assegurando-se: de que o indicador de pressão não está na faixa vermelha; de que o lacre está íntegro; da presença da marca de conformidade do INMETRO; de que o prazo de durabilidade e a data do teste hidrostático do extintor não estão vencidos; de que a aparência geral externa do extintor está em boas condições (sem ferrugem, amassados ou outros danos).

II. os procedimentos de uso do extintor de incêndio.

III. recomendação para troca do extintor imediatamente após o uso ou ao final da validade.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Máquinas e Equipamentos

Carrinho de Transporte

Descrição:

Carrinho plataforma para auxiliar no transporte de materiais, visando reduzir o esforço físico do trabalhador.

Escada Extensível

Descrição:

Escada Vertical Singela/Extensível: equipamento destinado a permitir o acesso aos planos elevados de trabalho. É composta das seguintes partes: montantes, degraus, longarinas, moitão, corda, catraca, suporte de apoio, guia braçadeira, sapata e tirante.

6.1.1 Função: Chefe D. M. A. e R. Hídricos - CBO: 111415 GFIP: 1

Tipo da Atividade: Leve

Descrição da Atividade: Realizar o planejamento, coordenação, supervisão e controle para o desenvolvimento da agricultura local e das políticas públicas pertinentes, através da difusão de tecnologias, apoio ao homem do campo, combate ao êxodo rural, abastecimento, proteção e defesa do meio ambiente, de acordo com as normas constitucionais, orgânicas e legais em vigor; coordenar, fiscalizar e controlar as ações da política agrícola do Município, integrando os meios de produção e comercialização, buscando, garantir o adequado abastecimento local e regional; incentivar a industrialização de produtos agropecuários pelos próprios agricultores, especialmente através de associações ou grupos comunitários; promover e incentivar, através de feiras, a comercialização de produtos agropecuários diretamente do produto ao consumidor; organizar feiras e exposições de produtos agropecuários, a nível municipal e regional; desincumbirse de outras tarefas que lhe forem designadas pelo Prefeito Municipal.

Jornada de Trabalho da Função: 40 horas/semana.

Conclusão da Função: O exercício do cargo poderá exigir, quando necessário, a prestação de serviço externo para a execução de suas atividades. O detentor deste cargo poderá dirigir veículos pertencentes ao município, correspondente à categoria da Carteira Nacional de Habilitação que possuir.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Observação: Atividade caracterizada como não insalubre (NR-15), não periculosa (NR-16) e não se enquadra no regime de aposentadoria especial da Previdência Social (Decreto n°3048/99).

Agentes Associados à Atividade				
Acidente de trânsito - 05.01.028		Mecânico/Acidentes		
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários exp	postos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambiente	NA	15: NA	NA	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões corporais diversas, sem dimensionamento da gravidade.

Fonte Geradora:

Devido ao fato de estar em trânsito com veículo a serviço da prefeitura.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Motorista habilitado e uso de veículos em perfeitas condições, com manutenção periódica.

Recomendações e Medidas de Controle:

Checklist mensal das condições do veículo (vide anexo [PPRA]).

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

Manter a manutenção periódica do veículo e condução somente por motorista habilitado. Por outro lado é necessário permanecer atento ao trânsito, tanto na condição de pedestre quanto na condição de condutor, seguir as sinalizações, tanto horizontais quanto verticais, prevalecendo a seguinte regra: cuidado, cortesia e comunicação.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Condições Ambientais de Trabalho - Conforto		Ergonômico	
Acústico - 04.05.999			
Exposição ao Agente: Habitual e	Permanente	Funcionários ex	postos ao Risco:
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Avaliação do Nível de Conforto	NA	15: NA	NA
Acústico			
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Quantitativa
Intensidade: = 58 dB(A)		Tempo de	Nível de ruído
		Exposição:	aceitável:
		08:00 h	= 65 dB(A)

Fonte Geradora:

Atividades desenvolvidas em ambiente sem fontes de ruído - som ambiente.

Observações:

Agente associado à atividade relativa à antecipação do risco e conforto acústico, segundo NR-09 e NR-17, item 17.5.2.1 - Condições Ambientais de Trabalho.

Condições de Trabalho com Iluminação		Ergonômico		
Diurna Inadequada - 04.04.005				
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
Avaliação do Nível de	NA	15: NA	NA	
Iluminação				
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Quantitativa	
Intensidade: = 219 lx		Tempo de	Iluminação	
		Exposição:	Diurna	
		08:00 h	Inadequada:	
			= 500 lx	



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

3000	1/010	110000	\sim	Saúde:
- 1 1 > > 1	V - I -	1 121111	7	. 72111111

Desconforto visual.

Fonte Geradora:

Iluminação natural complementada com artificial.

Recomendações e Medidas de Controle:

Aumentar os índices de iluminação de acordo com a metodologia estabelecida pela NR17.

Observações:

Agente ergonômico associado à metodologia estabelecida pela NR17 para a avaliação dos níveis de iluminamento em ambientes internos de trabalho, de acordo com a Portaria nº876/2018, que alterar a redação do item 17.5.3.3, adota os procedimentos estabelecidos pela NHO11 e revoga os itens 17.5.3.4 e 17.5.3.5.

Vício postural - posto de trabalho com uso de computador - 04.01.999		Ergonômico	
Exposição ao Agente: Habitual e	Permanente	Funcionários ex	postos ao Risco:
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Desconforto muscular e cansaço físico - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Posto de trabalho com uso de computador, vício postural e características físicas do indivíduo.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Recomendações e Medidas de Controle:

Efetuar a correção visual em frente ao computador; corrigir o posicionamento do monitor (altura x distância do utilizador); adotar o posicionamento postural correto com a utilização de cadeira ergonômica (assento estofado, encosto estofado regulável e apoio regulável para antebraço); apoio independente para os pés; não permitir posicionamento do monitor fora do alinhamento corporal (em diagonal) que permita a rotação do corpo ou pescoço na visualização da tela.

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho conforme item 17.1.2 da Norma Regulamentadora NR-17 e, posteriormente, executar as orientações estabelecidas (vide Cronograma [PPRA]).

Observações:

Esta análise do agente e do ambiente está condicionada à fase de antecipação do risco, sendo extremamente necessária a elaboração de estudo (Análise Ergonômica do Trabalho), a fim de identificar agentes agressivos e efetuar correções no ambiente para minimizar/controlar o agente associado à atividade.

Acessórios Ergonômicos

Descrição

Cadeira Ergonômica

Situação: Utilizado

Utilização:

CADEIRA ERGONÔMICA para os trabalhos realizados na posição sentada, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

- 17.3. Mobiliário dos postos de trabalho.
- 17.3.1. Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.
- 17.3.3. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto:
- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;
- b) característica de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;
- c) borda frontal arredondada;
- d) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

A norma NBR 13962:2006 especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade das mesmas, de qualquer material, excluindo-se longarina e poltronas de auditório e cinema.

Os padrões adotados pela norma baseiam-se em uso de 8h ao dia, por pessoas com peso de até 110 kg, com altura entre 1,51 m e 1,92 m e que é denominada: cadeira giratória operacional.

A norma define cadeira operacional, aquela com as seguintes características:

- a) regulagem de altura do assento;
- b) regulagem do apoio lombar;
- c) apoio com regulagem de antebraço;
- d) base giratória;
- e) base com pelo menos cinco pontos de apoio, provida ou não de rodízios;
- f) conformação da superfície do assento um pouco elevada e borda frontal arredondada.

Apoio para os Punhos

Situação: Recomendado

Utilização:

APOIO PARA OS PUNHOS (TAPETE PARA MOUSE E TECLADO) ao realizar digitações, visando a adequação dos postos de trabalho, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

17.3 Mobiliário dos postos de trabalho.

17.3.1 Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.

Apoio para os Pés

Situação: Recomendado

Utilização:

APOIO PARA OS PÉS ao executar atividades em que os trabalhos sejam realizados na posição sentada, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

17.3 Mobiliário dos postos de trabalho.

17.3.1 Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

17.3.4 Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados sentados, poderá ser exigido suporte para os pés que se adapte ao comprimento da perna do trabalhador.

Suporte para Monitor

Situação: Recomendado

Utilização:

SUPORTE PARA MONITOR para realizar digitações e adequar os postos de trabalho, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

17.3 Mobiliário dos postos de trabalho.

17.3.1 Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.

6.1.2 Função: Jardineiro - CBO: 622010 GFIP: 1

Tipo da Atividade: Moderado

Descrição da Atividade: Realizar despraguejamento, pequenas podas e capinagem em canteiros da Prefeitura (estas atividades podem ser realizadas em pátios, praças, parques, bosques, vias públicas e outros); realizar o plantio de flores ou plantas ornamentais; ser responsável pelas ferramentas manuais utilizadas no desenvolvimento das atividades; executar demais atividades relacionadas ao cargo ou por determinação do diretor de departamento.

Jornada de Trabalho da Função: 40 horas/semana.

Conclusão da Função: O exercício do cargo poderá exigir, quando necessário, a prestação de serviço externo para a execução de suas atividades. O detentor deste cargo poderá dirigir veículos pertencentes ao município, correspondente à categoria da Carteira Nacional de Habilitação que possuir.

Observação: Atividade caracterizada como não insalubre (NR-15), não periculosa (NR-16) e não se enquadra no regime de aposentadoria especial da Previdência Social (Decreto n°3048/99).

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Agentes Associados à Atividade				
Acidente de trânsito - 05.01.028		Mecânico/Acidentes		
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:	
	1			
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambiente	NA	15: NA	NA	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões corporais diversas, sem dimensionamento da gravidade.

Fonte Geradora:

Devido ao fato de estar em trânsito com veículo a serviço da prefeitura.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Motorista habilitado e uso de veículos em perfeitas condições, com manutenção periódica.

Recomendações e Medidas de Controle:

Checklist mensal das condições do veículo (vide anexo [PPRA]).

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

Manter a manutenção periódica do veículo e condução somente por motorista habilitado. Por outro lado é necessário permanecer atento ao trânsito, tanto na condição de pedestre quanto na condição de condutor, seguir as sinalizações, tanto horizontais quanto verticais, prevalecendo a seguinte regra: cuidado, cortesia e comunicação.

Glifosato - 02.01.999		Químico	
Exposição ao Agente: Eventual		Funcionários exp	postos ao Risco:
		1	
Técnica Utilizada: ACGIH -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Análise da atividade/ambiente	NA	15: Não	Sim



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Probabilidade de intoxicação por vias áreas, contato dérmico e/ou ingestão de compostos químicos diversos, sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Proveniente do contato com agrotóxicos.

Trajetória e Meios de Propagação:

A trajetória é pelo ar e se propaga para todas as direções.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Látex.

Recomendações e Medidas de Controle:

Deixar Cópia da FISPQ Próxima aos Produtos Químicos (vide Cronograma [PPRA]).

Fornecer, treinar, documentar e tornar obrigatório o uso do Respirador PFF2 e Macacão Tyvek com C.A, conforme orientações da NR-06.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Macacão Tyvek

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Utilização:

MACACÃO TYVEK ao manusear e manipular substâncias químicas, conforme descrição dada pela NR-06 (H - EPI para proteção do corpo inteiro - H.1 - Macacão):

c) macação de segurança para proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores contra respingos de produtos químicos.

Respirador PFF2

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Utilização:

RESPIRADOR PFF2 na execução das atividades em que haja poeiras, névoas e fumos, formados pelo processo de produção, conforme NR-06 - Anexo I, D - EPI PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA - D.1 - Respirador purificador de ar não motorizado:

b) peça semifacial filtrante (PFF2) para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos.

Luva de Látex

CA EPI: 6110 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE LÁTEX ao realizar toda atividade que requer o manuseio de substâncias químicas em geral, conforme recomendação da MT 11/1977, EN 374/1994 e descrição dada pela NR-06, Anexo I (F - Iuvas):

f) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes químicos.

Lesões em Membros Inferiores - 05.01.999		Mecânico/Acide	entes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros inferiores com possibilidade de cortes, escoriações, esmagamento, fraturas e amputação - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar a manutenção da jardinagem.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Orientar sobre o risco de acidentes em atividades nas quais ocorre a exposição de membros inferiores.
- Planejar, organizar, inspecionar e manter os equipamentos e acessórios adequados para o trabalho.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Lesões em Membros Superiores - 05.01.999		Mecânico/Acide	entes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros superiores com possibilidade de cortes, escoriações, esmagamento, fraturas e amputação - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar a manutenção da jardinagem.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR - PR-87026/D CREA SC - 085039-9

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Raspa e Luva de Algodão com Banho de Látex.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Orientar sobre o risco de acidentes em atividades nas quais ocorre a exposição de membros superiores.

Planejar, organizar, inspecionar e manter os equipamentos e acessórios

adequados para o trabalho.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Luva de Raspa

CA EPI: 16475 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE RASPA ao realizar a movimentação de materiais e utilização de ferramentas e equipamentos, conforme recomendação e descrição dada pela NR-

06, Anexo I (F-luvas):

a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e

escoriantes;

b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e

perfurantes.

Conservação:

- Para aumento de sua durabilidade, deve ser armazenada sempre em local seco.

- Para maior eficiência das Luvas, também, recomenda-se evitar a sua utilização

quando o seu interior estiver sujo ou úmido, ou quando a mesma apresentar

danificações ou escoriações aparentes.

Luva de Algodão com Banho de Látex

CA EPI: 10431 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE ALGODÃO COM BANHO DE LÁTEX ao realizar a movimentação de materiais, conforme recomendação EN 388/1994 e descrição dada pela NR-06,

Anexo I (F-luvas):

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

- a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes.

Conservação:

- Para aumento de sua durabilidade, deve ser armazenada sempre em local seco.
- Para maior eficiência das Luvas, também, recomenda-se evitar a sua utilização quando o seu interior estiver sujo ou úmido, ou quando a mesma apresentar danificações ou escoriações aparentes.

Levantamento e Transporte Manual de		Ergonômico		
Cargas ou Volumes - 04.01.006				
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários exp	Funcionários expostos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Possíveis Danos à Saúde:

Possibilidade de ocasionar dores nas costas (dores lombares), entorses, deslocamento de disco e hérnias.

Fonte Geradora:

Movimentação e levantamento de materiais e ferramentas.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável. Quanto ao EPI: inviável.

Máquinas/Equipamentos: não se utiliza.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Recomendações e Medidas de Controle:

Fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de Carrinho para auxiliar no transporte de materiais, reduzindo o esforço físico.

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho, conforme item 17.1.2 da Norma Regulamentadora NR-17 do MTE e, posteriormente, executar as orientações estabelecidas.

Projeção de Partículas - 05.01.999		Mecânico/Acidentes	
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Risco de lesões nos olhos - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Partículas em suspensão.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: não se utiliza.

Recomendações e Medidas de Controle:

Fornecer, treinar, documentar e tornar obrigatório o uso do Óculos de Proteção com

C.A, conforme orientações da NR-06.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Óculos de Proteção Visual

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Utilização:

ÓCULOS DE PROTEÇÃO VISUAL ao realizar toda atividade em que haja a projeção de partículas, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (B - EPI para proteção dos olhos e face - B.1 Óculos):

 a) óculos de segurança para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes.

Quedas de mesmo Nível - 05.01.999		Mecânico/Acidentes	
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Em caso de queda poderão ocorrer torções, luxações e/ou fraturas.

Fonte Geradora:

Desníveis de piso não sinalizados.

Trajetória e Meios de Propagação: meio físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Radiações Solares - 01.01.010		Físico	
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: Não	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Radiações não ionizantes, provenientes de raios solares, não são capazes de produzir ionização em sistemas biológicos. Há a probabilidade de eritema ou queimadura da pele, bronzeamento, lesões das células Langerhans e síntese de vitamina D, sendo que esses efeitos ocorrem poucas horas ou poucos dias após a exposição. Já os efeitos tardios ocorrem anos depois e são caracterizados por envelhecimento da pele (fotoenvelhecimento) e câncer de pele (fotocarcinogênese).

Fonte Geradora:

Atividades realizadas a céu aberto com exposição a raios solares.

Trajetória e Meios de Propagação:

Meio físico - exposição à radiação solar em atividades a céu aberto.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável. Quanto ao EPI: inviável.

Outros: utiliza-se Protetor Solar FPS 30.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Manter o fornecimento regular de Protetor Solar aprovado pelo órgão regulamentador (ANVISA).
- Utilizar/aplicar diariamente o Protetor Solar na pele e reaplicá-lo de preferência a cada 3 horas (no máximo), sempre 20 a 30 minutos antes de se expor ao sol. Entretanto, quando houver alta taxa de transpiração, há a necessidade de aplicação com maior frequência.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Outros Equipamer	ntos
-------------------------	------

Descrição

Protetor Solar

Situação: Utilizado

Utilização:

PROTETOR SOLAR indicado para trabalhadores expostos à radiação solar.

- Proteção da pele contra a ação nociva das radiações ultravioletas UVA e UVB.
- Contém filtros solares com proteção de nível 30, protegendo a pele 30 vezes mais do que se o mesmo não tivesse sido aplicado.

Ruído Contínuo ou Intermitente - 01.01.002		Físico	
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: NR15, Anexo	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
01 e NHO01 - Medição Pontual	NA	15: Não	NA
com Decibelímetro			
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Quantitativa
Intensidade: = 64 dB(A)		Tempo de	Limite de
		Exposição:	Tolerância:
		08:00 h	= 85 dB(A)

Trabalho com diferença de nível (menor que		Mecânico/Acide	entes	
2m) - 05.01.002				
Exposição ao Agente: Ocasional	ou Intermitente	Funcionários exp	Funcionários expostos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros diversos - sem dimensionamento de gravidade.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Fonte Geradora:

Ao realizar as podas de árvores altas utilizando escadas.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

Máquinas/Equipamentos: utiliza-se Escada Extensível.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Vício Postural - 04.01.001		Ergonômico	
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Desconforto muscular e cansaço físico - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Vício postural e características físicas do indivíduo.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Recomendações e Medidas de Controle:

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho, conforme item 17.1.2 da NR-17, executando as orientações estabelecidas.

Observações:

Esta análise do agente e do ambiente está condicionada à fase de antecipação do risco, sendo extremamente necessária a elaboração de estudo (Análise Ergonômica do Trabalho) a fim de identificar, com maior precisão, agentes agressivos, além de efetuar correções no ambiente para minimizar/controlar o agente associado à atividade.

6.1.3 Função: Jardineiro/Inseminação - CBO: 622010 GFIP: 1

Tipo da Atividade: Moderado

Descrição da Atividade: Realizar despraguejamento, pequenas podas e capinagem em canteiros da Prefeitura (estas atividades podem ser realizadas em pátios, praças, parques, bosques, vias públicas e nas demais dependências externas do município); efetuar o plantio de flores ou plantas ornamentais e irrigalas; responsabilizar-se pelas ferramentas manuais utilizadas no desenvolvimento das atividades; realizar, eventualmente, inseminações e entre outras atividades inerentes ao cargo ou por ordem superior imediato.

Jornada de Trabalho da Função: 40 horas/semana.

Conclusão da Função: O exercício do cargo poderá exigir, quando necessário, a prestação de serviço externo para a execução de suas atividades. O detentor deste cargo poderá dirigir veículos pertencentes ao município, correspondente à categoria da Carteira Nacional de Habilitação que possuir.

Observação: Atividade caracterizada como não insalubre (NR-15), não periculosa (NR-16) e não se enquadra no regime de aposentadoria especial da Previdência Social (Decreto n°3048/99).

Agentes Associados à Atividade	
Acidente de trânsito - 05.01.028	Mecânico/Acidentes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente	Funcionários expostos ao Risco:
	1

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões corporais diversas, sem dimensionamento da gravidade.

Fonte Geradora:

Devido ao fato de estar em trânsito com veículo a serviço da prefeitura.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Motorista habilitado e uso de veículos em perfeitas condições, com manutenção periódica.

Recomendações e Medidas de Controle:

Checklist mensal das condições do veículo (vide anexo [PPRA]).

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

Manter a manutenção periódica do veículo e condução somente por motorista habilitado. Por outro lado é necessário permanecer atento ao trânsito, tanto na condição de pedestre quanto na condição de condutor, seguir as sinalizações, tanto horizontais quanto verticais, prevalecendo a seguinte regra: cuidado, cortesia e comunicação.

Contato Direto/Indireto com Sangue -		Biológico			
03.01.999					
Exposição ao Aç	gente: Eventual		Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:	
		1			
Técnica Utilizada	a: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambi	ente	NA	15: Sim	Não	
Elidido pelo uso	Grau de	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
de EPI: Não	Insalub.:	Não	Avaliação:	Avaliação:	
	Não Insalubre		05/12/2018	Qualitativa	

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Possíveis Danos à Saúde:

Em contato com partes de animais, o trabalhador tem a possibilidade de contrair doenças como carbunculose, tuberculose, brucelose e toxoplasmose.

Fonte Geradora:

Contato com animais durante processo de inseminação artificial e/ou vacinação.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Procedimento.

A utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI não garantem a total proteção ao servidor. No entanto, mantém-se a obrigação do empregador em fornecer os EPIs recomendados neste Programa.

Recomendações e Medidas de Controle:

Fornecer, treinar, documentar e tornar obrigatório o uso do Máscara N95 com C.A, conforme orientações da NR-06.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Recomenda-se a aplicação do conceito de imunidade ativa, a fim de promover a proteção conferida pela estimulação antigênica do sistema imunológico com o desenvolvimento de uma resposta humoral (produção de anticorpos) e celular. Essa estimulação pode ocorrer por infecção natural ou pelo uso de vacina.
- A medida mais eficiente para a exposição a este agente é a ação preventiva, com atenção para os seguintes aspectos: vacinação, esterilização de equipamentos e materiais, higiene pessoal, controle médico e uso de equipamentos de proteção individual como forma de minimização do risco (agente biológico).

Observações:

Agentes Biológicos (NR-09) - bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Luva de Procedimento

CA EPI: 30695 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE PROCEDIMENTO para a proteção em áreas médico-hospitalaresodontológicas, laboratoriais e ambulatoriais contra agentes biológicos, conforme recomendação da NBR 13.392/1995 (ou alteração posterior).

Máscara N95

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Utilização:

MÁSCARA N95 para a proteção em áreas médico-hospitalares-odontológicas, laboratoriais, ambulatoriais e áreas afins, contra agentes biológicos, conforme recomendações NBR 13.698/1996 (ou alteração posterior) e NBR 13.696/1996 (ou alteração posterior).

Glifosato - 02.01.999		Químico	
Exposição ao Agente: Eventual		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: ACGIH -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Análise da atividade/ambiente	NA	15: Não	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Probabilidade de intoxicação por vias áreas, contato dérmico e/ou ingestão de compostos químicos diversos, sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Proveniente do contato com agrotóxicos.

Trajetória e Meios de Propagação:

A trajetória é pelo ar e se propaga para todas as direções.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Látex.

Recomendações e Medidas de Controle:

Deixar Cópia da FISPQ Próxima aos Produtos Químicos (vide Cronograma [PPRA]).

Treinamento NR-31 - Segurança no Manejo de Agrotóxicos (vide Cronograma e Treinamentos [PPRA]).

Fornecer, treinar, documentar e tornar obrigatório o uso do Respirador PFF2 e Macação Tyvek com C.A, conforme orientações da NR-06.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Macacão Tyvek

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Utilização:

MACACÃO TYVEK ao manusear e manipular substâncias químicas, conforme descrição dada pela NR-06 (H - EPI para proteção do corpo inteiro - H.1 - Macacão):

c) macação de segurança para proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores contra respingos de produtos químicos.

Luva de Látex

CA EPI: 6110 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE LÁTEX ao realizar toda atividade que requer o manuseio de substâncias químicas em geral, conforme recomendação da MT 11/1977, EN 374/1994 e descrição dada pela NR-06, Anexo I (F - luvas):

f) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes químicos.

Respirador PFF2

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Utilização:

RESPIRADOR PFF2 na execução das atividades em que haja poeiras, névoas e fumos, formados pelo processo de produção, conforme NR-06 - Anexo I, D - EPI PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA - D.1 - Respirador purificador de ar não motorizado:

b) peça semifacial filtrante (PFF2) para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos.

Lesões em Membros Inferiores - 05.01.999		Mecânico/Acidentes	
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros inferiores com possibilidade de cortes, escoriações, esmagamento e fraturas - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar a manutenção da jardinagem.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Orientar sobre o risco de acidentes em atividades nas quais ocorre a exposição de membros inferiores.
- Planejar, organizar, inspecionar e manter os equipamentos e acessórios adequados para o trabalho.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Lesões em Membros Superiores - 05.01.999		Mecânico/Acidentes	
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros superiores com possibilidade de cortes, escoriações, esmagamento e fraturas - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar a manutenção da jardinagem.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Raspa e Luva de Algodão com Banho de Látex.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Orientar sobre o risco de acidentes em atividades nas quais ocorre a exposição de membros superiores.
- Planejar, organizar, inspecionar e manter os equipamentos e acessórios adequados para o trabalho.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Luva de Algodão com Banho de Látex

CA EPI: 10431 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE ALGODÃO COM BANHO DE LÁTEX ao realizar a movimentação de materiais, conforme recomendação EN 388/1994 e descrição dada pela NR-06, Anexo I (F-luvas):

- a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes:
- b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes.

Conservação:

- Para aumento de sua durabilidade, deve ser armazenada sempre em local seco.
- Para maior eficiência das Luvas, também, recomenda-se evitar a sua utilização quando o seu interior estiver sujo ou úmido, ou quando a mesma apresentar danificações ou escoriações aparentes.

Luva de Raspa

CA EPI: 16475 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE RASPA ao realizar a movimentação de materiais e utilização de ferramentas e equipamentos, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (F-luvas):

- a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;
- b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes.

Conservação:

- Para aumento de sua durabilidade, deve ser armazenada sempre em local seco.
- Para maior eficiência das Luvas, também, recomenda-se evitar a sua utilização quando o seu interior estiver sujo ou úmido, ou quando a mesma apresentar danificações ou escoriações aparentes.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Levantamento e Transporte Manual de		Ergonômico		
Cargas ou Volumes - 04.01.006				
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários ex	postos ao Risco:	
		1	1	
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Possíveis Danos à Saúde:

Possibilidade de ocasionar dores nas costas (dores lombares), entorses, deslocamento de disco e hérnias.

Fonte Geradora:

Movimentação e levantamento de materiais e ferramentas.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável. Quanto ao EPI: inviável.

Máquinas/Equipamentos: não se utiliza.

Recomendações e Medidas de Controle:

Fornecer, treinar e tornar obrigatório o uso de Carrinho para auxiliar no transporte de materiais, reduzindo o esforço físico.

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho, conforme item 17.1.2 da Norma Regulamentadora NR-17 do MTE e, posteriormente, executar as orientações estabelecidas.

Micro-organismos (contato com animais) -		Biológico	
03.01.999			
Exposição ao Agente: Eventual		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: Sim	Não



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Elidido pelo uso	Grau de	Periculosidade:	Data da	Tipo da
de EPI: Não	Insalub.:	Não	Avaliação:	Avaliação:
	Não Insalubre		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Em contato com partes ou dejetos de animais, o trabalhador tem a possibilidade de contrair doenças como carbunculose, tuberculose, brucelose e toxoplasmose.

Fonte Geradora:

Contato com animais e material infectocontagiante em trabalhos e operações de atendimento e/ou procedimentos veterinários.

Trajetória e Meios de Propagação:

Meio físico e propagação pelo ar (contato com agentes biológicos em procedimentos veterinários).

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Procedimento e Calçado de Segurança.

*A utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI não garantem a total proteção ao servidor. No entanto, mantém-se a obrigação do empregador em fornecer os EPIs recomendados neste Programa.

Recomendações e Medidas de Controle:

Fornecer, treinar, documentar e tornar obrigatório o uso do Máscara N95 com C.A, conforme orientações da NR-06.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- A medida mais eficiente para a exposição a este agente é a ação preventiva, com atenção para os seguintes aspectos: vacinação, esterilização de equipamentos e materiais, higiene pessoal, controle médico e uso de equipamentos de proteção individual como forma de minimização do risco (agente biológico).
- Recomenda-se a aplicação do conceito de imunidade ativa, a fim de promover a proteção conferida pela estimulação antigênica do sistema imunológico com o desenvolvimento de uma resposta humoral (produção de anticorpos) e celular. Esta estimulação pode ocorrer por infecção natural ou pelo uso de vacina.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Observações:

Agentes Biológicos (NR-09) - bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Luva de Procedimento

CA EPI: 30695 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE PROCEDIMENTO para a proteção em áreas médico-hospitalaresodontológicas, laboratoriais e ambulatoriais contra agentes biológicos, conforme recomendação da NBR 13.392/1995 (ou alteração posterior).

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Máscara N95

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Utilização:

MÁSCARA N95 para a proteção em áreas médico-hospitalares-odontológicas, laboratoriais, ambulatoriais e áreas afins, contra agentes biológicos, conforme recomendações NBR 13.698/1996 (ou alteração posterior) e NBR 13.696/1996 (ou alteração posterior).

Perfurocortante - 05.01.999	Mecânico/Acidentes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente	Funcionários expostos ao Risco:
	1



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Não
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros superiores - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Objetos perfurocortantes.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Procedimento.

A utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI não garantem a total proteção ao servidor. No entanto, mantém-se a obrigação do empregador em fornecer os EPIs recomendados neste Programa.

Recomendações e Medidas de Controle:

Treinamento em Utilização/Descarte de Perfurocortantes (vide Cronograma e Treinamentos [PPRA]).

Elaborar: Plano de Prev. de Riscos de Acidentes com Mat. Perfurocortantes (vide Cronograma [PPRA]).

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Luva de Procedimento

CA EPI: 30695 Situação: Utilizado

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Utilização:

LUVA DE PROCEDIMENTO para a proteção em áreas médico-hospitalaresodontológicas, laboratoriais e ambulatoriais contra agentes biológicos, conforme recomendação da NBR 13.392/1995 (ou alteração posterior).

Projeção de Partículas - 05.01.999		Mecânico/Acidentes		
Exposição ao Agente: Habitual e	gente: Habitual e Permanente Funcio		postos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambiente	NA	15: NA	NA	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Possíveis Danos à Saúde:

Risco de lesões nos olhos - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Partículas em suspensão.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: não se utiliza.

Recomendações e Medidas de Controle:

Fornecer, treinar, documentar e tornar obrigatório o uso do Óculos de Proteção com C.A, conforme orientações da NR-06.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Óculos de Proteção Visual

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Utilização:

ÓCULOS DE PROTEÇÃO VISUAL ao realizar toda atividade em que haja a projeção de partículas, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (B - EPI para proteção dos olhos e face - B.1 Óculos):

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

a) óculos de segurança para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes.

Quedas de mesmo Nível - 05.01.999		Mecânico/Acidentes	
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Em caso de queda poderão ocorrer torções, luxações e/ou fraturas.

Fonte Geradora:

Desníveis de piso não sinalizados.

Trajetória e Meios de Propagação:

Meio físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Radiações Solares - 01.01.010		Físico	
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: Não	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Radiações não ionizantes, provenientes de raios solares, não são capazes de produzir ionização em sistemas biológicos. Há a probabilidade de eritema ou queimadura da pele, bronzeamento, lesões das células Langerhans e síntese de vitamina D, sendo que esses efeitos ocorrem poucas horas ou poucos dias após a exposição. Já os efeitos tardios ocorrem anos depois e são caracterizados por envelhecimento da pele (fotoenvelhecimento) e câncer de pele (fotocarcinogênese).

Fonte Geradora:

Atividades realizadas a céu aberto com exposição a raios solares.

Trajetória e Meios de Propagação:

Meio físico - exposição à radiação solar em atividades a céu aberto.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável. Quanto ao EPI: inviável.

Outros: utiliza-se Protetor Solar FPS 30.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Manter o fornecimento regular de Protetor Solar aprovado pelo órgão regulamentador (ANVISA).
- Utilizar/aplicar diariamente o Protetor Solar na pele e reaplicá-lo de preferência a cada 3 horas (no máximo), sempre 20 a 30 minutos antes de se expor ao sol. Entretanto, quando houver alta taxa de transpiração, há a necessidade de aplicação com maior frequência.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Outros Equipamentos	
Descrição	

Protetor Solar

Situação: Utilizado

Utilização:

PROTETOR SOLAR indicado para trabalhadores expostos à radiação solar.

- Proteção da pele contra a ação nociva das radiações ultravioletas UVA e UVB.
- Contém filtros solares com proteção de nível 30, protegendo a pele 30 vezes mais do que se o mesmo não tivesse sido aplicado.

Ruído Contínuo ou Intermitente - 01.01.002		Físico	
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: NR15, Anexo	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
01 e NHO01 - Medição Pontual	NA	15: Não	NA
com Decibelímetro			
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Quantitativa
Intensidade: = 64 dB(A)		Tempo de	Limite de
		Exposição:	Tolerância:
		08:00 h	= 85 dB(A)

Trabalho com diferença de nível (menor que		Mecânico/Acidentes		
2m) - 05.01.002				
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros diversos - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar as podas de árvores altas utilizando escadas.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

Máquinas/Equipamentos: utiliza-se Escada Extensível.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Vício Postural - 04.01.001		Ergonômico	
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	écnica Utilizada: NR17 - EPC é Eficaz:		EPI é Eficaz:
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Desconforto muscular e cansaço físico - sem dimensionamento de gravidade.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Fonte Geradora:

Vício postural e características físicas do indivíduo.

Recomendações e Medidas de Controle:

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho, conforme item 17.1.2 da NR-17, executando as orientações estabelecidas.

Observações:

Esta análise do agente e do ambiente está condicionada à fase de antecipação do risco, sendo extremamente necessária a elaboração de estudo (Análise Ergonômica do Trabalho) a fim de identificar, com maior precisão, agentes agressivos, além de efetuar correções no ambiente para minimizar/controlar o agente associado à atividade.

6.1.4 Função: Jardineiro/Trator de Pneu sem Cabine - CBO: 622010 GFIP: 4

Tipo da Atividade: Moderado

Descrição da Atividade: Operar Trator Agrícola, conforme a necessidade e/ou solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; desempenhar atividades, tais como: a manutenção de jardins e canteiros municipais; prestar serviços de limpeza em geral, despraguejamento, pequenas podas, capinagem, coleta e carga de resíduos; realizar o plantio de flores ou plantas ornamentais e irrigar os canteiros; executar demais atividades relacionadas ao cargo ou por determinação do diretor de departamento.

Jornada de Trabalho da Função: 40 horas/semana.

Conclusão da Função: O exercício do cargo exigirá a prestação de serviço externo para a execução de suas atividades. O detentor deste cargo realizará a operação de máquinas pesadas.

Observação: Atividade caracterizada como não insalubre (NR-15), não periculosa (NR-16) e enquadrada como atividade especial, segundo benefício de aposentadoria especial da Previdência Social (Decreto n°3048/99).

Enquadramento da atividade especial: exposição ao ruído ocupacional acima de 85db(A), conforme Decreto nº 3.048/1999, itens 2.0.0 e 2.0.1, alínea a) exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85dB(A). Tempo de exposição de 25 anos e código de ocorrência 4.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Fundamentação técnica e jurídica: decreto n°3048/99: acima do limite de tolerância de 85dB(A). Decreto nº 3.048, de 1999, modificado pelo Decreto nº 4.882, de 2003; IN 99/INSS/DC, de 2003.

Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335/2015: nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Súmula 09: o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado. PU n. 2002.50.50.001890-3/ES - Turma de Uniformização (julgamento de 30 de setembro de 2003, publicado no DJU de 17/10/2003).

Manual de aposentadoria especial do INSS, versão 2017- página 90: caso o segurado esteja exposto ao agente nocivo ruído acima dos limites de tolerância, a informação sobre o EPI não descaracterizará o enquadramento como atividade especial, independentemente do período laborado, desde que atendidas às demais exigências.

Agentes Associados à Atividade					
Acidente de trânsito - 05.01.028	Mecânico/Acidentes				
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:		
		1			
Técnica Utilizada: Análise da	cnica Utilizada: Análise da EPC é Eficaz:		EPI é Eficaz:		
atividade e ambiente	NA	15: NA	NA		
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da		
Não Aplicável Não		Avaliação:	Avaliação:		
	05/12/2018	Qualitativa			

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões corporais diversas, sem dimensionamento da gravidade.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Fonte Geradora:

Devido ao fato de estar em trânsito com veículo a serviço da prefeitura.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Motorista habilitado e uso de veículos em perfeitas condições, com manutenção periódica.

Recomendações e Medidas de Controle:

Checklist mensal das condições do veículo (vide anexo [PPRA]).

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

Manter a manutenção periódica do veículo e condução somente por motorista habilitado. Por outro lado é necessário permanecer atento ao trânsito, tanto na condição de pedestre quanto na condição de condutor, seguir as sinalizações, tanto horizontais quanto verticais, prevalecendo a seguinte regra: cuidado, cortesia e comunicação.

Capotagem de máquina pesada - 05.01.999		Mecânico/Acide	entes
Exposição ao Agente: Habitual e Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da EPC é Eficaz:		Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	Sim	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

A capotagem pode acarretar ferimentos, podendo levar a óbito.

Fonte Geradora:

Operação de máquina pesada durante serviços de pavimentação, terraplenagem, escavação, entre outros.

Trajetória e Meios de Propagação:

Meio físico (operação de máquina pesada em condições de risco).

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: utiliza-se Cinto de Segurança e Sistema Contra Capotagem.

Quanto ao EPI: inviável.

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva			
Descrição	Observação		
Cinto de Segurança	Cinto de Segurança em máquinas para proteção do		
EPC Eficaz: Sim	operador, em caso de tombamento do equipamento.		
Situação: Utilizado			
Estrutura de Proteção na	- A estrutura de Proteção Contra Capotamento é a		
Capotagem	Cabine ou a Plataforma, utilizada para minimizar a		
EPC Eficaz: Sim	possibilidade de dano físico ao operador, resultante		
Situação: Utilizado	de capotagem acidental.		
	- É caracterizada por oferecer espaço livre no interior do envelope da estrutura ou dentro de um espaço delimitado por uma série de linhas, a partir da extremidade exterior da estrutura de qualquer parte do Trator que possa entrar em contato com chão, sendo capaz de suportar o Trator na posição em que ele capotar. Usualmente essas estruturas possuem dois, quatro ou seis postes, podendo ser abertas (Plataformas) ou fechadas e climatizadas (Cabines).		

Glifosato - 02.01.999		Químico	
Exposição ao Agente: Eventual		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: ACGIH - EPC é Eficaz:		Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Análise da atividade/ambiente	NA	15: Não	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Possíveis Danos à Saúde:

Probabilidade de intoxicação por vias áreas, contato dérmico e/ou ingestão de compostos químicos diversos, sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Proveniente do contato com agrotóxicos.

Trajetória e Meios de Propagação:

A trajetória é pelo ar e se propaga para todas as direções.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Látex.

Recomendações e Medidas de Controle:

Deixar Cópia da FISPQ Próxima aos Produtos Químicos (vide Cronograma [PPRA]).

Fornecer, treinar, documentar e tornar obrigatório o uso do Respirador PFF2 e Macacão Tyvek com C.A, conforme orientações da NR-06.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Respirador PFF2

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Utilização:

RESPIRADOR PFF2 na execução das atividades em que haja poeiras, névoas e fumos, formados pelo processo de produção, conforme NR-06 - Anexo I, D - EPI PARA PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA - D.1 - Respirador purificador de ar não motorizado:

 b) peça semifacial filtrante (PFF2) para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos.

Luva de Látex

CA EPI: 6110 Situação: Utilizado

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Utilização:

LUVA DE LÁTEX ao realizar toda atividade que requer o manuseio de substâncias químicas em geral, conforme recomendação da MT 11/1977, EN 374/1994 e descrição dada pela NR-06, Anexo I (F - luvas):

f) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes químicos.

Macacão Tyvek

CA EPI: NA Situação: Recomendado

Utilização:

MACACÃO TYVEK ao manusear e manipular substâncias químicas, conforme descrição dada pela NR-06 (H - EPI para proteção do corpo inteiro - H.1 - Macacão):

c) macação de segurança para proteção do tronco, membros superiores e membros inferiores contra respingos de produtos químicos.

Lesões em Membros Inferiores - 05.01.999		Mecânico/Acide	entes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR- EPI é Efic	
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros inferiores com possibilidade de cortes, escoriações, esmagamento e fraturas - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar a manutenção da jardinagem.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Orientar sobre o risco de acidentes em atividades nas quais ocorre a exposição de membros inferiores.
- Planejar, organizar, inspecionar e manter os equipamentos e acessórios adequados para o trabalho.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Lesões em Membros Superiores - 05.01.999		Mecânico/Acide	entes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros superiores com possibilidade de cortes, escoriações, esmagamento e fraturas - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar a manutenção da jardinagem.

Trajetória e Meios de Propagação:

Contato.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Quanto ao EPI: utiliza-se Luva de Raspa e Luva de Algodão com Banho de Látex.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Orientar sobre o risco de acidentes em atividades nas quais ocorre a exposição de membros superiores.
- Planejar, organizar, inspecionar e manter os equipamentos e acessórios adequados para o trabalho.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Luva de Algodão com Banho de Látex

CA EPI: 10431 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE ALGODÃO COM BANHO DE LÁTEX ao realizar a movimentação de materiais, conforme recomendação EN 388/1994 e descrição dada pela NR-06, Anexo I (F-luvas):

- a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes:
- b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes.

Conservação:

- Para aumento de sua durabilidade, deve ser armazenada sempre em local seco.
- Para maior eficiência das Luvas, também, recomenda-se evitar a sua utilização quando o seu interior estiver sujo ou úmido, ou quando a mesma apresentar danificações ou escoriações aparentes.

Luva de Raspa

CA EPI: 16475 Situação: Utilizado

Utilização:

LUVA DE RASPA ao realizar a movimentação de materiais e utilização de ferramentas e equipamentos, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (F-luvas):

a) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos e escoriantes;

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

b) luva de segurança para proteção das mãos contra agentes cortantes e perfurantes.

Conservação:

- Para aumento de sua durabilidade, deve ser armazenada sempre em local seco.
- Para maior eficiência das Luvas, também, recomenda-se evitar a sua utilização quando o seu interior estiver sujo ou úmido, ou quando a mesma apresentar danificações ou escoriações aparentes.

Levantamento e Transporte Manual de		Ergonômico	
Cargas ou Volumes - 04.01.006			
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários ex	postos ao Risco:
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	ada: NR17 - EPC é Eficaz:		EPI é Eficaz:
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável Não		Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Possibilidade de ocasionar dores nas costas (dores lombares), entorses, deslocamento de disco e hérnias.

Fonte Geradora:

Movimentação e levantamento de materiais.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável. Quanto ao EPI: inviável.

Recomendações e Medidas de Controle:

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho, conforme item 17.1.2 da Norma Regulamentadora NR-17 do MTE e, posteriormente, executar as orientações estabelecidas.

Quedas de mesmo Nível - 05.01.999	Mecânico/Acidentes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente	Funcionários expostos ao Risco:
	1

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: NA	Sim
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Em caso de queda poderão ocorrer torções, luxações e/ou fraturas.

Fonte Geradora:

Desníveis de piso não sinalizados.

Trajetória e Meios de Propagação:

Meio físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Quedas de sobre máquinas - 05.01.999		Mecânico/Acid	entes
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	Sim	15: NA	Sim



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Em caso de queda, poderá ocorrer torções, luxações e/ou fraturas.

Fonte Geradora:

Máquinas com plataforma escorregadia.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: utiliza-se Escadas e Cinto de Segurança.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

- Não saltar da máquina quando esta estiver em movimento.
- Para subir ou descer da máquina, deve-se utilizar a escada.
- Manter as escadas de acesso permanente em perfeito estado de conservação.
- Avaliar os riscos da execução da atividade, selecionando equipamentos de proteção individual adequados, permitindo a execução de trabalhos somente por pessoal devidamente capacitado.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva				
Descrição	Observação			
Escadas de Acesso e	Utilizadas para o acesso do operador ao local de			
Proteção Contra Quedas -	operação da máquina autopropelida.			
Máquinas Autopropelidas				
EPC Eficaz: Sim				
Situação: Utilizado				
Cinto de Segurança	Cinto de Segurança em máquinas para proteção do			
EPC Eficaz: Sim	operador, em caso de tombamento do equipamento.			
Situação: Recomendado				

Radiações Solares - 01.01.010		Físico	
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
atividade e ambiente	NA	15: Não	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Insalubre Não		Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Radiações não ionizantes, provenientes de raios solares, não são capazes de produzir ionização em sistemas biológicos. Há a probabilidade de eritema ou queimadura da pele, bronzeamento, lesões das células Langerhans e síntese de vitamina D, sendo que esses efeitos ocorrem poucas horas ou poucos dias após a exposição. Já os efeitos tardios ocorrem anos depois e são caracterizados por envelhecimento da pele (fotoenvelhecimento) e câncer de pele (fotocarcinogênese).

Fonte Geradora:

Atividades realizadas a céu aberto com exposição a raios solares.

Trajetória e Meios de Propagação:

Meio físico - exposição à radiação solar em atividades a céu aberto.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: não se utiliza.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Quanto ao EPI: inviável.

Outros: não se utiliza.

Recomendações e Medidas de Controle:

Implantar Película Veicular (vide Cronograma [PPRA]).

Instalar Cabine nas Máquinas Autopropelidas (vide Cronograma [PPRA]).

Fornecer regularmente Protetor Solar aprovado pelo órgão regulamentador (ANVISA), devendo ser aplicado diariamente e reaplicado a cada 3 horas (no máximo), sempre 20 a 30 minutos antes de se expor ao sol. Por outro lado, quando houver alta taxa de transpiração, há a necessidade de aplicação com maior frequência.

Outros Equipamentos	3
---------------------	---

Descrição

Protetor Solar

Situação: Recomendado

Utilização:

PROTETOR SOLAR indicado para trabalhadores expostos à radiação solar.

- Proteção da pele contra a ação nociva das radiações ultravioletas UVA e UVB.
- Contém filtros solares com proteção de nível 30, protegendo a pele 30 vezes mais do que se o mesmo não tivesse sido aplicado.

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva				
Descrição	Observação			
Película Veicular	Vidros com Película de Proteção Solar.			
EPC Eficaz: NA				
Situação: Recomendado				
Cabine em Máquinas	Máquinas Autopropelidas, segundo as Normas			
Autopropelidas	Regulamentadoras NR-12 e NR-31 do MTE.			
EPC Eficaz: NA				
Situação: Recomendado	O EPC - Equipamento de Proteção Coletiva é a			
	medida mais importante para a proteção dos			
	trabalhadores. No caso específico das máquinas			
	autopropelidas, o EPC indicado é a cabine fechada.			

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Com isso, estará protegendo o trabalhador tanto de ruídos acima do permitido como da poeira provocada pela execução de atividades, evitando assim o surgimento de doenças ocupacionais provocadas por esses agentes.

Ruído Contínuo ou Intermitente - 01.01.002		Físico		
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:		
		1		
Técnica Utilizada	a: NR15, Anexo	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
01 e NHO01 - D	osimetria de	NA	15: Sim	Sim
Ruído				
Elidido pelo uso	Grau de	Periculosidade:	Data da	Tipo da
de EPI: Não	Insalub.:	Não	Avaliação:	Avaliação:
	Não Insalubre		05/12/2018	Quantitativa
Intensidade: = 96,04 dB(A)		Tempo de	Limite de	
		Exposição:	Tolerância:	
		08:00 h	= 85 dB(A)	

Possíveis Danos à Saúde:

Surdez, Perda Auditiva Induzida Pelo Ruído - PAIR. Além da surdez o ambiente ruidoso pode gerar distúrbios relacionados a estresse e outros problemas de ordem psíquica, fisiológica e anatômica. O indivíduo pode apresentar vasoconstrição, taquicardia, hipertensão arterial, distúrbios digestivos, fadiga muscular, irritabilidade, ansiedade, excitabilidade, desconforto, etc. A comunicação oral pode ficar extremamente prejudicada no trabalho, dificultando a compreensão de ordens verbais, avisos de alerta ou perigo.

Fonte Geradora:

Funcionamento de máquinas.

Trajetória e Meios de Propagação:

Através de ondas sonoras e a propagação é pelo ar.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: não se utiliza.

Quanto ao EPI: utiliza-se Protetor Auricular.



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Recomendações e Medidas de Controle:

Elaborar Programa de Conservação Auditiva - PCA (vide Cronograma [PPRA]). Instalar Cabine nas Máquinas Autopropelidas (vide EPCs e Cronograma [PPRA]).

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Protetor Auricular Tipo Fone

CA EPI: 33135 Situação: Utilizado

Utilização:

PROTETOR AURICULAR TIPO FONE quando houver exposição a ruídos acima de 85dB (A) durante a jornada de trabalho, de acordo com as dosimetrias realizadas nos ambientes de trabalho, conforme recomendação da ANSI 12.6/1997 - Método B - Método do ouvido real - Colocação pelo ouvinte e descrição dada pela NR-06, Anexo I (C - EPI para proteção auditiva - C.1 - Protetor auricular); a; b; c; Protetor auditivo circum-auricular (a), de inserção (b) e semiauricular (c) para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR-15, Anexos I e II.

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva					
Descrição	Observação				
Cabine em Máquinas	Máquinas Autopropelidas, segundo as Normas				
Autopropelidas	Regulamentadoras NR-12 e NR-31 do MTE.				
EPC Eficaz: NA					
Situação: Recomendado	O EPC - Equipamento de Proteção Coletiva é a				
	medida mais importante para a proteção dos				
	trabalhadores. No caso específico das máquinas				
	autopropelidas, o EPC indicado é a cabine fechada.				
	Com isso, estará protegendo o trabalhador tanto de				
	ruídos acima do permitido como da poeira provocada				
	pela execução de atividades, evitando assim o				
	surgimento de doenças ocupacionais provocadas por				
	esses agentes.				

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Trabalho com diferença de nível (menor que		Mecânico/Acidentes		
2m) - 05.01.002				
Exposição ao Agente: Ocasional ou Intermitente		Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambiente	Sim	15: NA	Sim	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões em membros diversos - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Ao realizar as podas de árvores altas utilizando escadas.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: utiliza-se Escada Extensível.

Quanto ao EPI: utiliza-se Calçado de Segurança.

EPI - Equipamento de Proteção Individual

Descrição

Calçado de Segurança

CA EPI: 15081 Situação: Utilizado

Utilização:

CALÇADO DE SEGURANÇA para realizar atividades em ambientes sob o risco de queda de objetos, agentes térmicos, cortantes, escoriantes e produtos químicos, exceto em atividades que envolvam energia elétrica, conforme recomendação e descrição dada pela NR-06, Anexo I (G - EPI para proteção dos membros inferiores).

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

EPC - Equipamento de Proteção Coletiva			
Descrição	Observação		
Escada Extensível			
EPC Eficaz: Sim			
Situação: Utilizado			

Vibração de Corpo Inteiro - 01.01.016		Físico		
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:		
		1		
Técnica Utilizada	a: NR15, Anexo	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
08 e NHO09 - A	nálise da	NA	15: Sim	NA
atividade/ambiente - VCI				
Elidido pelo uso	Grau de	Periculosidade:	Data da	Tipo da
de EPI: Não	Insalub.:	Não	Avaliação:	Avaliação:
	Prejudicado:		05/12/2018	Qualitativa
	pendente de			
	avaliação			
	quantitativa			
	deste agente.			

Possíveis Danos à Saúde:

Cansaço, irritação, dores nos membros, dores na coluna, doença do movimento, artrite, problemas digestivos, lesões ósseas, lesões dos tecidos moles e lesões circulatórias.

Fonte Geradora:

Máquinas rodoviárias.

Trajetória e Meios de Propagação:

Máquinas e equipamentos, podendo atingir membros superiores, inferiores ou corpo inteiro.

Forma de Neutralização Utilizada:

Quanto ao EPC: inviável. Quanto ao EPI: inviável.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Recomendações e Medidas de Controle:

Estudo para Avaliação Quantitativa de Vibração de Corpo Inteiro (vide Cronograma [PPRA]).

Vício Postural - 04.01.001		Ergonômico	
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Desconforto muscular e cansaço físico - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora: vício postural e características físicas do indivíduo.

Recomendações e Medidas de Controle:

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho, conforme item 17.1.2 da NR-17, executando as orientações estabelecidas.

Observações:

Esta análise do agente e do ambiente está condicionada à fase de antecipação do risco, sendo extremamente necessária a elaboração de estudo (Análise Ergonômica do Trabalho) a fim de identificar, com maior precisão, agentes agressivos, além de efetuar correções no ambiente para minimizar/controlar o agente associado à atividade.



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

6.1.5 Função: Técnico(a) Agrícola - CBO: 321110 GFIP: 1

Tipo da Atividade: Leve

Descrição da Atividade: Realizar o planejamento, coordenação, supervisão e controle para o desenvolvimento da agricultura local e das políticas públicas pertinente, através da difusão de tecnologias, apoio ao homem do campo, combate ao êxodo rural, abastecimento, proteção e defesa do meio ambiente, de acordo com as normas constitucionais, orgânicas e legais em vigor, bem como: coordenar; fiscalizar e controlar as ações da política agrícola do Município, integrando os meios de produção e comercialização, buscando, inclusive, garantir o adequado abastecimento local e regional; incentivar a industrialização de produtos agropecuários pelos próprios agricultores, especialmente através de associações ou grupos comunitários; promover e incentivar a comercialização de produtos agropecuários diretamente do produto ao consumidor, através de feiras; organizar feiras e exposições de produtos agropecuários, a nível municipal e regional; desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem designadas pelo Prefeito Municipal.

Jornada de Trabalho da Função: 40 horas/semana.

Conclusão da Função: O exercício do cargo poderá exigir, quando necessário, a prestação de serviço externo para a execução de suas atividades. O detentor deste cargo poderá dirigir veículos pertencentes ao município, correspondente à categoria da Carteira Nacional de Habilitação que possuir.

Observação: Atividade caracterizada como não insalubre (NR-15), não periculosa (NR-16) e não se enquadra no regime de aposentadoria especial da Previdência Social (Decreto n°3048/99).

Agentes Associados à Atividade				
Acidente de trânsito - 05.01.028 Mecânico/Acidentes				
Exposição ao Agente: Ocasional	ou Intermitente	Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: Análise da	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
atividade e ambiente	NA	15: NA	NA	
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Qualitativa	

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Possíveis Danos à Saúde:

Lesões corporais diversas, sem dimensionamento da gravidade.

Fonte Geradora:

Devido ao fato de estar em trânsito com veículo a serviço da prefeitura.

Trajetória e Meios de Propagação:

Físico.

Forma de Neutralização Utilizada:

Motorista habilitado e uso de veículos em perfeitas condições, com manutenção periódica.

Recomendações e Medidas de Controle:

Checklist mensal das condições do veículo (vide anexo [PPRA]).

Medidas administrativas ou de Organização do trabalho:

Manter a manutenção periódica do veículo e condução somente por motorista habilitado. Por outro lado é necessário permanecer atento ao trânsito, tanto na condição de pedestre quanto na condição de condutor, seguir as sinalizações, tanto horizontais quanto verticais, prevalecendo a seguinte regra: cuidado, cortesia e comunicação.

Condições Ambientais de Trabalho - Conforto		Ergonômico		
Acústico - 04.05.999				
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários ex	Funcionários expostos ao Risco:	
		1		
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:	
Avaliação do Nível de Conforto	NA	15: NA	NA	
Acústico				
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da	
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:	
		05/12/2018	Quantitativa	
Intensidade: = 58 dB(A)		Tempo de	Nível de ruído	
		Exposição:	aceitável:	
		08:00 h	= 65 dB(A)	

Fonte Geradora:

Atividades desenvolvidas em ambiente sem fontes de ruído - som ambiente.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Observações:

Agente associado à atividade relativa à antecipação do risco e conforto acústico, segundo NR-09 e NR-17, item 17.5.2.1 - Condições Ambientais de Trabalho.

Condições de Trabalho com Iluminação		Ergonômico	
Diurna Inadequada - 04.04.005			
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Avaliação do Nível de	NA	15: NA	NA
Iluminação			
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Quantitativa
Intensidade: = 219 lx		Tempo de	Iluminação
		Exposição:	Diurna
		08:00 h	Inadequada:
			= 500 lx

Possíveis Danos à Saúde:

Desconforto visual.

Fonte Geradora:

Iluminação natural complementada com artificial.

Recomendações e Medidas de Controle:

Aumentar os índices de iluminação de acordo com a metodologia estabelecida pela NR17.

Observações:

Agente ergonômico associado à metodologia estabelecida pela NR17 para a avaliação dos níveis de iluminamento em ambientes internos de trabalho, de acordo com a Portaria nº876/2018, que alterar a redação do item 17.5.3.3, adota os procedimentos estabelecidos pela NHO11 e revoga os itens 17.5.3.4 e 17.5.3.5.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Vício postural - posto de trabalho com uso de		Ergonômico	
computador - 04.01.999			
Exposição ao Agente: Habitual e Permanente		Funcionários expostos ao Risco:	
		1	
Técnica Utilizada: NR17 -	EPC é Eficaz:	Consta na NR-	EPI é Eficaz:
Avaliação de Risco Ergonômico	NA	15: NA	NA
Grau de Insalub.:	Periculosidade:	Data da	Tipo da
Não Aplicável	Não	Avaliação:	Avaliação:
		05/12/2018	Qualitativa

Possíveis Danos à Saúde:

Desconforto muscular e cansaço físico - sem dimensionamento de gravidade.

Fonte Geradora:

Posto de trabalho com uso de computador, vício postural e características físicas do indivíduo.

Recomendações e Medidas de Controle:

Efetuar a correção visual em frente ao computador; corrigir o posicionamento do monitor (altura x distância do utilizador); adotar o posicionamento postural correto com a utilização de cadeira ergonômica (assento estofado, encosto estofado regulável e apoio regulável para antebraço); apoio independente para os pés; não permitir posicionamento do monitor fora do alinhamento corporal (em diagonal) que permita a rotação do corpo ou pescoço na visualização da tela.

Realizar Análise Ergonômica do Trabalho conforme item 17.1.2 da Norma Regulamentadora NR-17 e, posteriormente, executar as orientações estabelecidas (vide Cronograma [PPRA]).

Observações:

Esta análise do agente e do ambiente está condicionada à fase de antecipação do risco, sendo extremamente necessária a elaboração de estudo (Análise Ergonômica do Trabalho), a fim de identificar agentes agressivos e efetuar correções no ambiente para minimizar/controlar o agente associado à atividade.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Acessórios Ergonômicos

Descrição

Cadeira Ergonômica

Situação: Utilizado

Utilização:

CADEIRA ERGONÔMICA para os trabalhos realizados na posição sentada, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

- 17.3. Mobiliário dos postos de trabalho.
- 17.3.1. Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.
- 17.3.3. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto:
- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;
- b) característica de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;
- c) borda frontal arredondada;
- d) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

A norma NBR 13962:2006 especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação da estabilidade, resistência e durabilidade das mesmas, de qualquer material, excluindo-se longarina e poltronas de auditório e cinema.

Os padrões adotados pela norma baseiam-se em uso de 8h ao dia, por pessoas com peso de até 110 kg, com altura entre 1,51 m e 1,92 m e que é denominada: cadeira giratória operacional.

A norma define cadeira operacional, aquela com as seguintes características:

- a) regulagem de altura do assento;
- b) regulagem do apoio lombar;
- c) apoio com regulagem de antebraço;
- d) base giratória;
- e) base com pelo menos cinco pontos de apoio, provida ou não de rodízios;
- f) conformação da superfície do assento um pouco elevada e borda frontal arredondada.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Apoio para os Pés

Situação: Recomendado

Utilização:

APOIO PARA OS PÉS ao executar atividades em que os trabalhos sejam realizados na posição sentada, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

17.3 Mobiliário dos postos de trabalho.

17.3.1 Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.

17.3.4 Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados sentados, poderá ser exigido suporte para os pés que se adapte ao comprimento da perna do trabalhador.

Apoio para os Punhos

Situação: Recomendado

Utilização:

APOIO PARA OS PUNHOS (TAPETE PARA MOUSE E TECLADO) ao realizar digitações, visando a adequação dos postos de trabalho, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

17.3 Mobiliário dos postos de trabalho.

17.3.1 Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.

Suporte para Monitor

Situação: Recomendado

Utilização:

SUPORTE PARA MONITOR para realizar digitações e adequar os postos de trabalho, conforme especificações da NR-17 em seus itens:

17.3 Mobiliário dos postos de trabalho.

17.3.1 Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para essa posição.



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

7 CONCEITOS DE ACIDENTES

ACIDENTE DE TRABALHO

Acidente de trabalho, segundo o artigo 19 da Lei nº 8213 de 24 de julho de

1991, é o acidente que ocorre pelo exercício do trabalho e serviço da empresa

provocando lesão corporal ou perturbação funcional. Portanto, a mesma Lei

equipara o acidente de trajeto ao de trabalho conforme segue:

Art. 19. Acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos

no inciso VII do artigo 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução - permanente

ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Ao lado da conceituação acima, de acidente de trabalho, por expressa

determinação legal, as doenças profissionais e/ou ocupacionais equiparam-se a

acidentes de trabalho. Os incisos do art. 20 da Lei nº 8.213/91 as conceitua:

Doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar à determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência

Social.

Doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se

relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

ACIDENTE DE TRAJETO

Conforme a definição de acidente de trabalho, vamos ao dispositivo da citada lei

que considera como acidente aquele ocorrido no trajeto residência-trabalho e vice

versa.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente de trabalho, para efeitos desta lei:

IV - O acidente sofrido pelo segurado, ainda que fora do local e horário de trabalho: d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de

propriedade do segurado.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

O acidente de trajeto (desde que o afastamento necessário seja superior a 15 dias), garante aos Servidores Municipais a estabilidade no emprego por 12 meses a partir da volta do acidentado ao trabalho, ou seja, a mesma estabilidade concedida em casos de acidente de trabalho:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

DIREITOS DO ACIDENTADO DE TRAJETO SEGUNDO LEI Nº 8213/91

Emissão da CAT: sendo o acidente de trajeto equiparado ao acidente de trabalho, o preenchimento da CAT por parte da empresa é obrigatório, assim como é para o acidente de trabalho. Quanto à CAT, deverá ser emitida preferencialmente até 24 horas após o acidente. Em caso de não emissão da CAT, a mesma poderá ser emitida por outras fontes.

O artigo 22 Lei 8213, nos mostra que a CAT pode ser emitida pelo: próprio acidentado; seus dependentes; sindicato da categoria do trabalhador; médico que atendeu o acidentado; qualquer autoridade pública.

Direitos:

Recebimento de auxílio-doença acidentário ou auxílio-acidente, pagos pelo INSS.

Aposentadoria por invalidez, o caso de incapacidade seja total e permanente, ou ainda pensão por morte aos dependentes. Estabilidade no emprego por 12 meses após a cessação do beneficio. Reabilitação pessoal e profissional.

8 DO HORÁRIO DE TRABALHO

Matutino Início: 08h. Término: 12h.

Vespertino Início: 13h30min. Término: 17h30min.

Obs: o horário de trabalho poderá variar de acordo com cada

secretaria/departamento.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

9 INFORMAÇÕES PERICIAIS

Perícia realizada em: 5 (cinco) de dezembro de 2018 (dois mil e dezoito).

Metodologia utilizada na perícia: conforme item 3.0.

Material utilizado na perícia: conforme item 4.0.

Polimed Medicina do Trabalho | Fone: (46) 2101-1800



10 DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Higiene Ocupacional - É a ciência voltada ao reconhecimento, avaliação e controle de todos os fatores ambientais que possam desencadear doença, dano à saúde e ao bem-estar dos trabalhadores e pessoas da comunidade.

Observação: Referente à Higiene Ocupacional para fins de orientação - levando em consideração a revogada Portaria do Ministério do Trabalho1 nº 3.311/89, assim designa em seu item 4.4:

Do tempo de exposição ao risco: a análise do tempo de exposição traduz a quantidade de exposições em tempo (horas, minutos, segundos) a determinado risco operacional sem proteção, multiplicado pelo número de vezes que esta exposição ocorre ao longo da jornada de trabalho. Assim, se o trabalhador ficar exposto durante 5 minutos, por exemplo, a vapores de amônia, e esta exposição se repete por 5 ou 6 vezes durante a jornada de trabalho, então seu tempo de exposição é de 25 a 30 minutos por dia, o que traduz a eventualidade do fenômeno. Se, entretanto, ele se expõe ao mesmo agente durante 20 minutos e o ciclo se repete por 15 a 20 vezes, passa a exposição total a contar com 300 a 400 minutos por dia de trabalho, o que caracteriza uma situação de intermitência. Se, ainda, a exposição se processa durante quase todo ou todo o dia de trabalho, sem interrupção, diz-se que a exposição é de natureza continua.

Insalubridade: Em termos laborais significa o ambiente de trabalho agressivo à saúde, devido à presença de agentes prejudiciais ao organismo do trabalhador. Conforme NR-15 e seus anexos, o artigo n° 189 da CLT1 estabelece:

Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos (2009, p. 36).

Periculosidade: Conforme NR-16, Lei nº 7.369/85, o artigo nº 193 da CLT estabelece:

São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado (2009, p. 37).

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Eliminação da insalubridade: considera-se o disposto na NR-151, item 15.4.1, subitens "a" e "b" (p. 236), em que a eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer: "com a adoção de medida de ordem geral que conserve o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância"; e "com a utilização de equipamentos de proteção individual".

Contato1: s. m. || o exercício do tato; toque. || Relação entre dois ou mais corpos que se tocam uns com os outros; estado ou situação desses corpos entre si. || (Fig.) Relações de frequência, de proximidade, de influência. || Ponto de contato 1. lugar por onde os corpos ou as figuras se tocam; (fig.) relação de semelhança. || Contato de primeira 1. (Geom.) ou segunda ordem, aquele em que os corpos que se tocam têm um ou dois pontos comuns F. lat. Contactus. Contato é sinônimo de: proximidade, convivência, convívio, influência, comércio, trato, toque.

Permanente1: adj. Definitivo; que dura muito tempo; que permanece; que não sofre mudanças. Constante; que acontece frequentemente. Estável; que apresenta estabilidade, permanência.

Risco: capacidade de uma grandeza com potencial para causar lesões ou danos à saúde das pessoas.

Perigo: situação ou condição de risco com probabilidade de causar lesão física ou dano à saúde das pessoas por ausência de medidas de controle.



11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1 da Legislação Federal Vigente

Considerando o disposto na Norma Regulamentadora NR-09, item 9.1.5.1 (p. 101), em que os agentes físicos são "diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, (...)".

Considerando o disposto na Norma Regulamentadora NR-09, item 9.1.5.2 (p. 101), em que os agentes químicos são:

substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade da exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo através da pele ou por ingestão.

Considerando o disposto na Norma Regulamentadora NR-09, item 9.1.5.3 (p. 101), em que os agentes biológicos são "bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros".

Considerando a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que dispõe das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, da NR-01 a NR-36, e Legislação Complementar.

Considerando a Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978, que neste caso em especial NR-15 e NR-16, quanto aos adicionais de insalubridade e periculosidade.

Considerando o disposto na Norma Regulamentadora NR-15, item 15.4.1 (p. 237), subitens "a" e "b", em que:

A eliminação ou neutralização da insalubridade deverá ocorrer:

- a) com a adoção de medida de ordem geral que conserve o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância;
- b) com a utilização de equipamento de proteção individual.

Considerando o disposto na Norma Regulamentadora NR-16, o enquadramento deve levar em consideração a exposição e atividades em contato com materiais explosivos, inflamáveis e radiações ionizantes.

Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

Considerando o previsto no artigo 7º, inciso XXIII da Constituição da República, que estabelece os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, através dos itens XXII, XXIII e XXIV.

Considerando, embora regidos pelo Estatuto dos Servidores Municipais, como base de estudos, foram observadas as especificações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Seção V - da Segurança e Medicina do Trabalho.

Considerando, como base de estudos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Seção III, Art. 71 (p. 20):

Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

- § 1º Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.
- § 2º Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.
- § 3º O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.
- § 4º Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Incluído pela Lei nº 8.923, de 27.7.1994).

Considerando a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social1 e que dá outras providências:

Subseção IV - da Aposentadoria Especial

- Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.
- § 1º A aposentadoria especial, observado o disposto no art. 33 desta Lei, consistirá numa renda mensal equivalente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- § 2º A data de início do benefício será fixada da mesma forma que a da aposentadoria por idade, conforme o disposto no art. 49.
- § 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.



Jakcson Olmes Lovera Engenheiro Ambiental Engenheiro de Segurança do Trabalho CREA-PR – PR-87026/D CREA SC – 085039-9

- § 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.
- § 5º O tempo de trabalho exercido sob condições especiais que sejam ou venham a ser consideradas prejudiciais à saúde ou à integridade física será somado, após a respectiva conversão ao tempo de trabalho exercido em atividade comum, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para efeito de concessão de qualquer benefício.
- § 6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei n 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.
- § 7º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais referidas no caput.
- § 8º Aplica-se o disposto no art. 46 ao segurado aposentado nos termos deste artigo que continuar no exercício de atividade ou operação que o sujeite aos agentes nocivos constantes da relação referida no art. 58 desta Lei.
- Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo.
- § 1º A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista.
- § 2º Do laudo técnico referido no parágrafo anterior deverão constar informação sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendação sobre a sua adoção pelo estabelecimento respectivo.
- § 3º A empresa que não mantiver laudo técnico atualizado com referência aos agentes nocivos existentes no ambiente de trabalho de seus trabalhadores ou que emitir documento de comprovação de efetiva exposição em desacordo com o respectivo laudo estará sujeita à penalidade prevista no art. 133 desta Lei.
- § 4º A empresa deverá elaborar e manter atualizado perfil profissiográfico abrangendo as atividades desenvolvidas pelo trabalhador e fornecer a este, quando da rescisão do contrato de trabalho, cópia autêntica desse documento.



11.2 da Legislação Federal Vigente - Atividades Específicas

Considerando a Portaria MTE nº 1.885, de 02 de dezembro de 2013, que dispõe das atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais (de segurança pessoal ou patrimonial), regulamentando o adicional de periculosidade para as atividades de vigilância pessoal e patrimonial.

Considerando a Lei nº 7.394/1985, que regulamenta a profissão de Técnico em Radiografia/Operador de Raio-X, a qual determina as condições de periculosidade em trabalhos com radiação. Decreto nº 92.790, de 17 de junho de 1986 - regulamenta a Lei nº 7.394/85.

Considerando a Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, que regulamenta o exercício da profissão de Bombeiro Civil.

Considerando a Lei n° 11.889, de 24 de dezembro de 2008, que regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal (TSD) e de Auxiliar de Saúde Bucal (ASD).

Considerando a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, Art. 6, que dispõe sobre as atividades do Agente Comunitário de Saúde, além de determinar as atribuições ao exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. Portanto, segundo a Lei nº 11.350/06, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde na sua área de atuação: a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.



Considerando a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, Art. 7, que dispõe sobre as atividades do Agente de Endemias, além de determinar a atividade deste.

Considerando a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Decreto-Lei nº 706, de 25 de julho de 1969, que estende aos portadores de certificado de curso de pós-graduação em Psicologia e Psicologia Educacional, o direito assegurado pelo Art. 19 da Lei nº 4.119/62. Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e concede outras providências. Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, que regulamenta a Lei nº 5.766/71.

Considerando a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Regionais de Odontologia e concede outras providências. Decreto nº 68.704, de 04 de junho de 1971, que regulamenta a Lei nº 4.324/64. Lei nº 5.081, de 24 de agosto de 1966, que regula o exercício da Odontologia. *A redação do inciso III, Art. 6 da Lei nº 5.081/66 foi dada pela Lei nº 6.215, de 30 de junho de 1975.

Considerando a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Orientador Educacional. Decreto nº 72.846, de 26 de setembro de 1973, que regulamenta a Lei nº 5.564/68.

Considerando a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria o Conselho Federal e os Regionais de Medicina Veterinária. Decreto nº 64.704, de 17 de junho de 1969, que aprova o regulamento do exercício da profissão de Médico Veterinário e dos Conselhos de Medicina Veterinária. Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969, que dispõe sobre a aceitação, pelo Ministério da Agricultura, para fins relacionados com a defesa sanitária animal, de atestados firmados por Médico Veterinário sem vínculo com o serviço público, e concede outras providências.

Considerando a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e concede outras providências. Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, que aprova o regulamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina a que se refere à Lei nº 3.268/57. Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do Médico Residente e concede outras providências.



Considerando a Lei nº 6.242, de 23 de setembro de 1975, que dispõe sobre o exercício da profissão de Guardador e Lavador de veículos automotores, e concede outras providências. Decreto nº 79.797, de 8 de junho de 1977, que regulamenta a lei nº 6.242/75.

Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, além de determinar outras providências. Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982, que regulamenta a Lei nº 6.965/81. * Alterações: Lei nº 9.9098/95.

Considerando o Decreto-Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969, que prevê sobre as profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, e concede outras providências. Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e concede outras providências. *Alteração: Lei nº 9.098/95.

Considerando a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e concede outras providências. Decreto nº 85.878, de 9 de abril de 1981, que regulamenta a Lei nº 3.820/60. *Alterações: Lei nº 9.120/95; lei nº 4.817 e Lei nº 5.724/71.

Considerando a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, e concede outras providências. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e concede outras providências. Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamenta a Lei nº 7.498/86. O parágrafo único do Art. 23 da Lei nº 7.498/86 foi alterado pela Lei nº 8.967, de 28/12/94. A Lei nº 7.498/86 estabelece que o exercício da enfermagem é privativo de Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteiro.

Considerando a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e concede outras providências.

Considerando a Lei 13342/2016 que altera a Lei nº 11.350/2006, para dispor sobre a formação profissional e sobre benefícios trabalhistas e previdenciários dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias).



11.3 da Legislação Municipal Vigente

Considerando a Lei Municipal nº LEI Nº 617/2007, 19 de novembro de 2007, dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do Município de CÉU AZUL:

Subseção III - dos adicionais de Insalubridade e Periculosidade

- Art. 119. Os servidores que trabalharem com habitualidade em locais insalubres, perigosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional.
- § 1º O valor do adicional de insalubridade, conforme graus mínimo, médio e máximo, corresponderão a 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), respectivamente, calculado sobre salário mínimo vigente fixado pelo Governo Federal.
- § 2º O valor do adicional de periculosidade será de 30% (trinta por cento), calculado sobre o salário base do servidor.
- § 3º O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa à sua concessão.
- Art. 120. O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.
- Art. 121. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações em locais considerados, insalubres ou perigosos.
- Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante, enquanto durarem a gestação e a lactação, será afastada das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.
- Art. 122. Na concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade serão observadas as situações constantes da legislação específica e mediante a realização de laudo técnico específico expedido por profissional especializado em Medicina do Trabalho.
- § 1º Os locais de trabalho e os servidores que operem com aparelhos de raios-X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.
- § 2º Os servidores que fizerem jus aos adicionais referidos no caput deste artigo serão submetidos a exames médicos a cada 06 (seis) meses.

Considerando os Editais de Concursos Públicos, cedidos pelo Departamento de Recursos Humano, assim como o levantamento e reconhecimento de riscos e identificação das atividades desenvolvidas por cada servidor.

Considerando que o governo municipal não mantem regular a aquisição e o fornecimento, sem custo ou ônus ao Servidor, dos Equipamentos de Proteção Individual, a todos os Servidores Públicos onde haja a necessidade conforme aponta e recomenda o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.

Considerando que os Servidores Municipais são administrativamente regidos por Estatuto dos Servidores Municipais, aplica-se as Leis e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho – MTE.

CONCLUSÃO

Considerando os riscos envolvidos para cada atividade, bem como a Legislação vigente:

- Conforme o disposto na NR-15, as atividades desenvolvidas são enquadradas como atividades não insalubres ou atividades insalubres, assim como especificado no presente laudo em função das atividades desenvolvidas por cada função/cargo aqui descritos.
- Conforme o disposto na NR-16, as atividades desenvolvidas são enquadradas como atividades não periculosas ou atividades periculosas, assim como especificado no presente laudo em função das atividades desenvolvidas por cada função/cargo aqui descritos.
- Conforme o disposto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e Legislação Complementar, as atividades desenvolvidas são enquadradas ou não em condições de Aposentadoria Especial, assim como especificado no presente laudo em função das atividades desenvolvidas por cada função/cargo aqui descritos.

Pato Branco, 20 de junho de 2018.

Jakcson Olmes Lovera

Eng. Segurança do Trabalho

CREA PR-87026/D/CREA SC 085039-9

Polimedici Assessoria e Consultoria em Medicina do Trabalho Ltda